

UMA ANÁLISE FEMINISTA CRÍTICA: A HISTÓRIA DA GUERRILHEIRA CRIMEIA NARRADA NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

Discente: Tatiane Moreira Análio
Docente: Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrado em Comunicação Social



INTRODUÇÃO

- CRIMEIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA
- A DITADURA CIVIL-MILITAR (REIS FILHO, 2014)
- “GENERAIS DA RESERVA DEFENDEM USTRA” E “GOVERNO LIBERA ARQUIVOS PARA CAÇA A TORTURADORES”
- ANÁLISE DO DISCURSO (AD) DE FILIAÇÃO FRANCESA (PÊCHEUX & FUCHS; 1975)
- A GUERRILHA DO ARAGUAIA
- O ESTADÃO E OS MÉTODOS DE BUSCA

O ESTADÃO

- A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO
- A FAMÍLIA MESQUITA
- “UM LEVANTE LEGÍTIMO”
- UM JORNAL LIBERAL CONSERVADOR
- CENSURA ATRÁS DE CENSURA
- O (NÃO) PEDIDO DE PERDÃO

CRIMEIA

- MILITÂNCIA E O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCDOB)
- ALICE
- PRESA EM SÃO PAULO PELA OPERAÇÃO BANDEIRANTE (OBAN) E LEVADA AO DOI-CODI
- EM 2005, ELA E SEUS FAMILIARES MOVERAM UMA AÇÃO DECLARATÓRIA CONTRA O CHEFE DO DOI-CODI NAQUELA ÉPOCA, O CORONEL CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA. EM 2008, A JUSTIÇA DE SÃO PAULO ACATOU A AÇÃO, E USTRA FOI DECLARADO TORTURADOR E, MESMO ADOTANDO RECURSO EM 2012, FOI CONDENADO
- A ATUAÇÃO POLÍTICA DE CRIMEIA SEGUE ATÉ OS DIAS ATUAIS POR MEIO DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CEMDP)

CRIMEIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA E SEU FILHO JOÃO CARLOS



FONTE: LIVRO "INFÂNCIA ROUBADA"
(2014)

mei
studies

CRIMEIA

- A PRIMEIRA MATÉRIA ESCRITA POR MARCELO DE MORAES, DATADA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2006, SOB O TÍTULO DE “GENERAIS DA RESERVA DEFENDEM USTRA”, TRATA DE FORMA GERAL DO PROCESSO MOVIDO POR ELA, SUA IRMÃ E SEU CUNHADO CONTRA O CORONEL CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA, QUE POSTERIORMENTE SERIA O PRIMEIRO MILITAR BRASILEIRO CONDENADO POR SEQUESTRO E TORTURA
- O TEXTO ESTAMPA DECLARAÇÕES DE USTRA EM UM ALMOÇO EM SUA HOMENAGEM QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE 420 PESSOAS. O CORONEL, DIANTE DAS POSSÍVEIS MUDANÇAS DA LEI DA ANISTIA SE DECLARA INOCENTE E JULGA OS EX-MILITANTES DE SEREM ‘ASSALTANTES, SEQUESTRADORES, TERRORISTAS E ASSASSINOS’
- AO FAZER UMA MATÉRIA COM IMAGENS, DECLARAÇÕES E POSICIONAMENTOS DE UM PARTICIPANTE ATIVO A SERVIÇO DA DITADURA, O ESTADÃO NÃO SOMENTE DÁ OUVIDOS E VOZ AO ALGOZ, O QUE JÁ SERIA SUFICIENTEMENTE TENEBROSO, MAS INVIABILIZA A TRAJETÓRIA DE PESSOAS TORTURADAS, BUSCANDO POR JUSTIÇA, COMO É O CASO DE CRIMEIA E SEUS FAMILIARES (BAKHTIN, 2006)
- “A VIOLAÇÃO NÃO É PRIVADA NEM PÚBLICA, E É AMBAS AS COISAS EM SIMULTÂNEO: COM A SUA AJUDA TRAÇA-SE E CONTROLA-SE A FRONTEIRA ENTRE AMBOS OS CAMPOS” (DU TOIT, 2007, P. 25)

ANOS DE CHUMBO

Generais da reserva defendem Ustra

Ex-comandante do DOI-Codi teme ser punido se Lei da Anistia mudar

Marcelo de Moraes
BRASILIA

Mais de 200 oficiais de alta patente da reserva das Forças Armadas, entre eles 70 generais, fizeram ontem, em Brasília, ato de apoio ao coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura militar. O coronel, de 74 anos, responde a processo na 23ª Vara Cível de São Paulo, pela acusação de comandar ações de tortura durante o governo militar. Até então, nunca um militar tinha sido processado por esse motivo. Isso porque a Lei de Anistia de 1979 anulou todos os crimes cometidos durante o período de ditadura (de 1964 a 1985), beneficiando os combatentes do regime e também militares que cometeram excessos nessa época.

Agora, os militares já calculam que o processo contra Ustra pode ser o primeiro passo para a revisão da Lei de Anistia, abrindo a possibilidade para a condenação de oficiais brasileiros que atuaram na repressão, como já ocorreu no Chile, na Argentina e no Uruguai.

O próprio coronel discursou,

FRASES

Coronel Carlos Ustra
Ex-comandante do DOI-Codi

"Estou sendo julgado, apesar da Lei de Anistia, que penso muito em breve será revogada, mas ainda está em vigor. Estou sendo julgado por um crime que não cometi"

"Enquanto assassinos permanecem livres sob a justificativa que lutavam pela causa, nós que preservamos a democracia estamos ameaçados de ir para a prisão"

reconhecendo a probabilidade de mudança da lei para permitir punição aos militares. "Estou sendo julgado, apesar da Lei de Anistia, que penso muito em breve será revogada, mas ainda está em vigor. Estou sendo julgado por um crime que não cometi", afirmou, para uma platéia de 420 pessoas. "Enquanto assaltantes, seqüestradores, terroristas e assassinos permanecem livres sob a justificativa de que lutavam pela causa, nós que, cumprindo ordens de nossos superio-



FOTOS: SERGIO DUTTI/AE



1. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra recebe apoio após ser alvo de processo por tortura. 2. Ex-senador e coronel do Exército, Jarbas Passarinho questiona acusações. 3. Militares da reserva participam do almoço oferecido em Brasília em homenagem a Ustra

res hierárquicos, lutamos e preservamos a democracia agora estamos ameaçados de ir para a prisão por aqueles que combatemos, e que, para isso, não terão o menor prurido em mudar a lei."

Ustra está sendo processado por ação dos ex-presos políticos Maria Amália de Almeida Teles, César Augusto Teles, Janaina de Almeida Teles, Edson Luiz de Almeida Teles e Criméia Alice Schmidt de Almeida, que o acusam de comandar a tortura no período em que estiveram no

DOI-Codi, em 1972. Integrantes do PC do B, Maria Amélia e César foram presos pelos agentes do governo. Na ocasião, estavam com eles os dois filhos menores do casal, Janaina, de 5 anos, e Edson, de 4 anos, além de Criméia, irmã de Maria Amélia, que tentou se passar por babá das crianças.

Enquanto os pais e a tia estavam presos, as duas crianças foram mantidas nas dependências do DOI-Codi, onde os Teles foram torturados. Por conta dis-

so, no processo, a família acusa o coronel de crimes de tortura, seqüestro e cárcere privado das crianças. Como a Lei de Anistia impede punições, os Teles pretendem que a sanção contra Ustra seja simbólica, com o reconhecimento em juízo de que ele era torturador.

Ele também reclama não ter podido dar seu depoimento, durante a audiência de instrução do processo, realizada dia 8, em São Paulo. Depois de viajar para São Paulo, foi informado de que

seu depoimento tinha sido dispensado pelos autores da ação. "Estava montado o circo para que eu fosse execrado publicamente", reclama.

O ato de ontem ganhou apoio de figuras ilustres do meio militar, como o ex-senador e coronel do Exército Jarbas Passarinho, que fez discurso de homenagem a Ustra. "De que o acusam e quem o acusa? Do crime, como se fosse crime, de defender com risco da própria vida a nossa pátria." •

CRIMEIA

- A SEGUNDA MATÉRIA INTITULADA “GOVERNO LIBERA ARQUIVOS PARA CAÇA A TORTURADORES”, PUBLICADA EM 23 DE JULHO DE 2011 DE AUTORIA DE WILSON TOSTA, FALA SOBRE O BENEFÍCIO LIBERADO PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA A 12 PESQUISADORES, TODOS EX-ATIVISTAS OU PARENTES DAS VÍTIMAS DO REGIME. CRIMEIA É UMA DESSAS PESQUISADORAS, SEU NOME É ASSIM CITADO: “ESCOLHIDOS. ALÉM DE SEIXAS, INTEGRAM A LISTA DE PESQUISADORES AUTORIZADOS PELA PORTARIA 1.668: ALUÍZIO FERREIRA PALMAR, EX PRESO POLÍTICO; CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA, EX PRESA E VIÚVA DE ANDRÉ GRABOIS, DESAPARECIDO NA GUERRILHA DO ARAGUAIA” (TOSTA, 2011, P. 10)
- JORNALISMO COMO LOCUS DO MASCULINO (VEIGA, 2010)
- HOMENS SOFRERAM AS REPRESÁLIAS DO REGIME, MAS MULHERES, JUSTAMENTE PELO FATO DE SEREM MULHERES, TIVERAM QUE LIDAR COM A OPRESSÃO DE GÊNERO TENDO SEUS CORPOS VIOLADOS COM ESTUPROS, ABORTOS FORÇADOS, AFASTAMENTO DE SEUS FILHOS, PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, RIDICULARIZAÇÃO E APAGAMENTO DE SUAS VIVÊNCIAS DE LUTA

Governo libera arquivos para caça a torturadores

Portaria do Ministério da Justiça beneficia 12 pesquisadores, todos ex-ativistas ou parentes de vítimas da ditadura

Wilson Tosta / RIO

O Ministério da Justiça liberou totalmente o acesso ao Arquivo Nacional para 12 representantes de perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos durante o regime militar, que, segundo o governo, procuram identificar torturadores e assassinos da ditadura. A decisão consta da Portaria 1.668, de 20 de julho de 2011, do ministro José Eduardo Martins Cardozo, publicada no Diário Oficial de quinta-feira.

Ontem, beneficiados pela decisão reuniram-se em Brasília a fim de discutir uma estratégia para o trabalho de pesquisa. Um deles, Ivan Seixas, explicou que os

pesquisadores, todos ex-ativistas do período ou parentes de atingidos pelo período autoritário, foram escolhidos por terem muita informação acumulada.

“São pessoas que já têm domínio do assunto”, explicou ele, ex-preso político e filho de Joaquim Alencar de Seixas, que integrava o grupo de luta armada Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), morto em 1971 sob tortura no DOI-Codi de São Paulo. O pedido de acesso foi feito há cerca de um mês pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, entidade civil, ao ministro. O trabalho poderá começar na próxima semana e não poderá sofrer nenhuma restrição do Estado.

A menção à caça aos agentes do Estado responsáveis pelas torturas, desaparecimentos e homicídios cometidos pelo regime militar na repressão à oposição é explícita na portaria. “Os requerentes representam grupos de perseguidos políticos do



Pesquisadora. Laura Petit exhibe fotos de irmãos desaparecidos

regime militar, bem como familiares de mortos e desaparecidos por agentes do Estado, que buscam identificar registros documentais que sirvam como elementos de prova e informação

para subsidiar a defesa de direitos e que viabilizem a identificação de agentes públicos que tenham sido mandantes ou autores de atos lesivos aos direitos humanos.”

Há expectativa de, nos documentos, haver informações dos desaparecidos – 383, segundo a comissão, que diz ter, com a pesquisa, o objetivo de achá-los. Na portaria Cardozo afirma “não haver mais documentos com grau de sigilo vigente, por se tratar de órgãos e entidades produtores extintos, que não tiveram, portanto, seu sigilo renovado”.

Outra consideração é que “os documentos que contenham registros que possam violar a intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoa são de acesso irrestrito ao cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente do titular das informações, caso seja morto ou ausente, assim como àqueles que tenham recebido autorização por procuração específica do titular da informação ou seu representante legal”.

Escolhidos. Além de Seixas, integram a lista de pesquisadores autorizados pela Portaria 1.668:

Aluizio Ferreira Palmar, ex-preso político; Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-presa e viúva de André Graboís, desaparecido na Guerrilha do Araguaia; Edson Luiz de Almeida Teles, sua irmã, Janaína de Almeida Teles e sua mãe Maria Amélia de Almeida Teles, ex-presos políticos (Edson e Janaína, crianças na época, foram capturados com os pais); Helenilda Resende de Souza Nazareth, irmã de outra desaparecida no Araguaia, Helenilda Resende de Souza Nazareth; Iara Xavier Pereira, viúva de Arnaldo Cardoso Rocha e irmã de Alex Xavier Pereira e Iuri Xavier Pereira – os três mortos pela repressão; Laura Petit da Silva, irmã de três desaparecidos no Araguaia, Jaime, Lúcio e Maria Lúcia Petit da Silva; Maria do Amparo Araújo, irmã do desaparecido Luiz Almeida Araujo; Maria Eliana de Castro Pinheiro, irmã de Antônio Teodoro de Castro, também desaparecido no Araguaia; e Suzana Keniger Lisboa, viúva de Luís Eurico Tejera Lisboa, um desaparecido cujos restos mortais foram encontrados no fim da ditadura.

FONTE: JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO - EDIÇÃO DE 23 DE JULHO DE 2011 - IMAGEM E LEGENDA PERTENCENTES AO VEÍCULO

**TUDO É
POLÍTICO
QUANDO
VOCÊ É UMA
MULHER**

REFERÊNCIAS

- A AARÃO, D. (2014). DITADURA E DEMOCRACIA NO BRASIL: DO GOLPE DE 1964 À CONSTITUIÇÃO DE 1988. EDITORA SCHWARCZ-COMPANHIA DAS LETRAS.
- ANÁLIO, T. M. (2023). GUERRILHEIRAS: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES MILITANTES NA GUERRILHA DO ARAGUAIA PELO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO.
- ARENDT, H. (1995). VERDADE E POLÍTICA. RELÓGIO D'ÁGUA.
- BAKHTIN, M. M. (1981). MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM: PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO NA CIÊNCIA DA LINGUAGEM. HUCITEC.
- DA SILVA, J. M. (2017). RAÍZES DO CONSERVADORISMO BRASILEIRO: A ABOLIÇÃO NA IMPRENSA E NO IMAGINÁRIO SOCIAL. EDITORA JOSÉ OLYMPIO.
- DE MORAES, M. (2006, 22 DE NOVEMBRO). GENERAIS DA RESERVA DEFENDEM USTRA. O ESTADO DE SÃO PAULO.[HTTPS://ACERVO.ESTADAO.COM.BR/PAGINA/#!/20061122-41308-SPO-9-POL-A9-NOT/BUSCA/RESERVA+DEFENDEM+USTRA](https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20061122-41308-SPO-9-POL-A9-NOT/BUSCA/RESERVA+DEFENDEM+USTRA).
- DU TOIT, L. (2007). FEMINISMUS UND DIE ETHIK DER VERSÖHNUNG . MITTELWEG, 36(3), 4-30.
- MERLINO, T. (ED.). (2014). INFÂNCIA ROUBADA: CRIANÇAS ATINGIDAS PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, PÁGINA 223 .
- MOTTA, R. P. S. (2017). ENTRE A LIBERDADE E A ORDEM: O JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO E A DITADURA (1969-1973). ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, 43(2), 367-379.
- MOURÃO, M. (2014, 1 DE ABRIL). APOIO À DITADURA: O PEDIDO DE PERDÃO QUE NUNCA VEIO DOS JORNAIS. CARTA CAPITAL. [HTTPS://WWW.CARTACAPITAL.COM.BR/BLOGS/INTERVOZES/APOIO-A-DITADURA-O-PEDIDO-DE-PERDAO-QUE-NUNCA-VEIO-DOS-JORNAIS-8985/](https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/apoio-a-ditadura-o-pedido-de-perdao-que-nunca-veio-dos-jornais-8985/).
- PÊCHEUX, M., & FUCHS, C. (1997). A PROPÓSITO DA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO: ATUALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS. POR UMA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO: UMA INTRODUÇÃO À OBRA DE MICHEL PÊCHEUX, 2, 163-252.
- REIS, D. A., RIDENTI, M., MOTTA, R. P. S., LUNA, F. V., KLEIN, H. S., ORTIZ, R., ... & JOFFILY, M. (2014). A DITADURA FAZ CINQUENTA ANOS: HISTÓRIA E CULTURA POLITICA NACIONAL-ESTATISTA 11.
- SANGLARD, F. N., & BAESSO, M. (2014). RELATOS DA DITADURA: MEMÓRIAS DIVULGADAS PELA IMPRENSA BRASILEIRA A PARTIR DOS TRABALHOS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. ESTUDOS EM JORNALISMO E MÍDIA, 11(1), 51-65.
- SÃO PAULO. (2014). COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. RELATÓRIO, TOMO I – PARTE II – DOCUMENTO VERDADE E GÊNERO. [HTTP://COMISSAODAVERDADE.AL.SP.GOV.BR/RELATORIO/TOMO-I/DOWNLOADS/I_TOMO_PARTE_2_VERDADE-E-GENERO.PDF](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-I/downloads/I_TOMO_PARTE_2_VERDADE-E-GENERO.PDF).
- SILVA, M. V. D. (2010). MASCULINO, O GÊNERO DO JORNALISMO: UM ESTUDO SOBRE OS MODOS DE PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS.
- TOSTA, W. (2011, 23 DE JULHO). GOVERNO LIBERA ARQUIVOS PARA CAÇA A TORTURADORES. O ESTADO DE SÃO PAULO.[HTTPS://ACERVO.ESTADAO.COM.BR/PAGINA/#!/20110723-43012-SPO-10-POL-A10-NOT/BUSCA/GOVERNO+LIBERA+ARQUIVOS+CA%C3%A7A+TORTURADORES](https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110723-43012-SPO-10-POL-A10-NOT/BUSCA/GOVERNO+LIBERA+ARQUIVOS+CA%C3%A7A+TORTURADORES)